

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 15 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1995

A IDEOLOGIA DA MODERNIDADE E O MEIO AMBIENTE

Valter Casseti*

“Por que o ópio nos faz dormir?”, pergunta o médico ao candidato em O doente imaginário de Molière, escrito em 1673. “Porque tem a virtude soporífera e possui um determinado componente entorpecedor”, responde.

De que modo a arte de raciocinar é aqui ironizada?

RESUMO

O programa de modernidade representa, através da cisão corpo e alma, condição necessária ao “desencantamento do mundo”. A ciência moderna se sistematiza a partir do programa iluminista vinculado ao programa global de produção. A apropriação privada da natureza estimula o espontaneísmo que agrava as condições ambientais em detrimento do produtivismo, acelerado pela cientificação da técnica. Ao advertir sobre os argumentos ideológicos da natureza “virtuosa”, propõem-se pontos para discussão epistemológica como forma de superação do “desencantamento do mundo”.

UNITERMOS: Ideologia / Meio Ambiente

Muitas são as formas de se tratarem as questões ambientais. Aqui se propõe uma discussão que nasce no iluminismo, através do programa de modernidade, tendo Descartes como marco de referência do racionalismo. A ideologia da dominação da natureza externa (natureza

* Professor do Departamento de Geografia/UFG

hostil) e interna do homem atende ao projeto de implementação das novas bases econômicas e orienta a estrutura epistemológica da ciência em processo de sistematização. Com a cientificação da técnica no final do século XIX, uma nova estratégia ideológica, fundamentada na compensação, pacifica os conflitos de classes, mantendo o processo de alienação. Com a transformação das ciências na primeira força produtiva, que culminou na lógica do fordismo, constata-se crescente dissimetria entre Economia e Ecologia, instigando a discussão ambiental que marcou o final do século XX. Nesse momento, com o retorno à natureza (natureza “virtuosa”), a Geografia tenta romper com a herança positivista em busca de nova postura epistemológica. Combate o enigma cartesiano sem, contudo, apresentar alternativas.

Necessário se faz, portanto, retomar o conceito de natureza, apropriando-se de uma função que se possa qualificar de “dialética”, advertindo-se dos novos argumentos ideológicos que fundamentam a política de dominação.

1. O “DESENCANTAMENTO DO MUNDO”

Ao se tentar compreender o processo de ideologização da natureza, forma de alienação imprescindível à legitimação da apropriação privada dos meios de produção, necessariamente recorre-se a Descartes que se consagrou com o nascimento da filosofia moderna bem como da própria modernidade, idealizador das condições necessárias ao “desencantamento do mundo”. Explícita o método da ciência moderna, baseado na dedução usual na matemática, promovendo o desenvolvimento da razão instrumental.

Descartes utiliza-se do método gnoseológico da modernidade para se despojar de “todos os vestígios naturais” (Adorno; Horkheimer, 1986), estabelecendo a cisão corpo e alma, no intuito de dominar o mundo, transformando-o em “objeto interno do pensamento, na forma de sua abstração – as idéias claras e distintas” (Matos, 1990). A cisão corpo e alma tem por objetivo a dominação da natureza interna do homem como forma de legitimação da dominação da natureza externa.

Descartes aprofunda as relações entre o corpo e a alma no texto “As paixões da alma” (1987), momento em que o corpo se caracteriza como objeto de dominação do pensamento. A noção de corpo-máquina pode ser observada em seu *Tratado do Homem*, obra póstuma: “o corpo não é outra coisa senão uma estátua ou máquina da terra, formada propositalmente por Deus”. A medicina-ficção de Descartes pode ser evidenciada ao comparar o organismo como uma grande caldeira que move a corrente sanguínea.

As partes mais vivas, mais fortes e mais sutis do sangue dirigem-se ao cérebro para nele introduzirem um determinado sopro muito sutil, ou melhor, uma chama bem viva e bem pura chamada de espíritos animais. (...) os pequenos filetes que constituem a medula dos nervos são puxados com bastante força para se romperem, o movimento causado no cérebro provoca na Alma, a interessada em conservar a morada do cérebro, um sentimento de dor.

Para Descartes a alma se relaciona com o corpo, ou este com a alma, por intermédio da glândula pineal, localizada no cérebro, caracterizando assim o contato entre o físico e o espiritual.

Com relação ao pensamento, Descartes o divide em dois tipos: as “ações da alma” e as “paixões da alma”.

As “ações da alma”, isto é, as vontades, são subdivididas em: a) aquelas que nascem na alma e terminam na alma, como querer amar a Deus; b) as que nascem na alma e terminam no corpo, como os movimentos do corpo. As “paixões da alma”, isto é, as percepções ou conhecimentos, também se subdividem em: a) as que têm a alma como causa, como a imaginação e outros pensamentos dependentes da vontade; b) as que têm o corpo como causa, ora são imaginações produzidas pelo curso fortuito dos “espíritos animais” (sonhos, devaneios...), ora são percepções dependentes dos mesmos com causas próximas desconhecidas. Descartes (1987) considera o amor como “uma emoção da alma causada pelos movimentos dos espíritos animais” que a incitam a unir-se voluntariamente aos objetos que lhe parecem convenientes. A definição de amor pela ciência cartesiana não desagradaria aos personagens libertinos de Sade, que, ao contrário do mesmo, não conseguem atuar como sujeitos. “Suas

práticas liberais, nas quais mostram o máximo autodomínio e desencantamento de corpo e alma, coadunável com a ciência cartesiana, não os colocam como plenamente emancipados e livres. Já não são criaturas que vivem, mas apenas sobrevivem. Não se pode dizer que estiveram como sujeitos mesmo quando conseguiram o domínio das paixões” (Ghiraldelli, 1994).

Para Descartes torna-se imprescindível vencer as paixões, diferenciando assim a “alma forte” da “alma fraca”. Tal argumento tende a levar o homem ao desencantamento do corpo e, por conseguinte, da alma, o que levava Descartes a se vangloriar de que “os homens não teriam nada mais a admirar nos céus após suas pesquisas astronômicas, e muito menos nas suas almas e corpos após suas pesquisas psicológicas e fisiológicas” (Matos, 1990).

A separação entre *cogito* e *res extensa*, ao revelar o desencantamento do corpo, revela também desencantamento da alma, iniciando o processo de dissolução do sujeito. O corpo, uma vez isolado, mostra uma identidade duvidosa: a unidade da vida individual, na qual se baseia a subjetividade. Não é natural mas conceitual, isto é, socialmente mediatizada (Horkheimer, 1973).

A partir de então tem-se a “feliz apatia” que Adorno e Horkheimer (1986) entendem como a dominação da natureza interna em prol da dominação da natureza externa. Como exemplo, a paixão da justiça que surge com o homem ao longo da história tem seus princípios pervertidos através do processo de ideologização produzido pelo conceito de modernidade do iluminismo.

Conforme Peres (1994), “desencantar o homem” não significa desacreditá-lo. Pelo contrário, os homens desencantados seriam aqueles aptos a buscar para si o compromisso com a sua própria história, com um conhecimento racional liberto de princípios e verdades preexistentes, sobretudo aqueles da Idade Média. Para o mesmo autor, a perspectiva da sociedade moderna estava fundamentada nos seguintes aspectos:

- a) a racionalidade como guia da conduta humana, alterando assim a influência e o controle da religião e de seus dogmas, levando à valorização da natureza e das chamadas leis naturais;

- b) uma fé incontestável no programa da humanidade, associando-a a toda filosofia da história, concebendo-o como tendência linear e automática;
- c) uma crença no indivíduo, exaltando o seu papel ativo em favor de seus semelhantes como ‘valor moral racional’ e possibilitando a conciliação de interesses individuais com o interesse coletivo (visão antropocêntrica do universo, tendo o homem como objeto da ciência).

Colocar o homem como “senhor e possuidor da natureza” configura o núcleo do programa do iluminismo e da modernidade. Adorno e Horkheimer (1986) observam que “todo esclarecimento burguês está de acordo na exigência da sociedade, realismo e avaliação correta das relações de força: o desejo não deve ser o pai do pensamento”. No limite é preciso alcançar a “feliz apatia”.

“Está em jogo o processo de desencantamento do mundo, o poder de expulsar o elemento mítico e a esfera da imaginação a eles vinculados para, por meio de um percurso sem barreiras, fundar o saber, vencendo a superstição e tudo o mais que possa debilitar a atividade do entendimento” (Fabri, 1994).

Para Bacon, *saber e poder* coincidem, o que leva à superação de uma passividade contemplativa do homem em relação à natureza, utilizando-se do argumento de “natureza hostil”. “A natureza não é objetivo passivo, mas material que resiste à nossa consideração e que, portanto, necessita ser dominado e submetido” (Bacon, 1983). O saber, é, portanto, uma ação prática e o verdadeiro fim da ciência não é um passatempo qualquer, mas sua utilidade. Adorno e Horkheimer (1986) dirão que “o que importa não é aquela satisfação que para o homem se chama verdade, mas a *operation*, o procedimento eficaz”.

O homem moderno, portanto, é o *Aufklärung*, que Ghiraldelli (1994) menciona como “silhueta que abriga um misto de cientista cartesiano e libertino ativo”. Ele quer, como meio e meta, ou melhor, como meio que é meta, a “feliz apatia”.

Resumindo, o que o iluminismo e o programa de modernidade querem é a substituição da imaginação pelo saber e, por isso, não há espaço para a identificação. Não há espaço para qualquer processo de empatia que possa levar um homem a mudar seus planos na medida em

que se coloca imaginativamente no lugar de outrem. Não há espaço para o processo de empatia; não há espaço para a compaixão (Adorno; Horkheimer, 1986).

Conforme nota do tradutor da *Dialética do esclarecimento*, o “desencantamento do mundo” não é um simples processo de desmitologização:

o fato de que ele tem origem no próprio mito e encontra seu termo atual na mitologização do esclarecimento, sob a forma da ciência positiva, reflete o fato de que o conhecimento pela dominação da natureza tem lugar pela assimilação dos processos de conhecimento e controle dos processos naturais, e explica por que esse processo de dominação da natureza pode resultar paradoxalmente numa mais completa naturalização do homem totalmente civilizado.

2. A CIÊNCIA DO CONTEXTO DO “DESENCANTAMENTO DO MUNDO”

A ciência moderna se sistematiza a partir do programa iluminista de “desencantamento do mundo” e por sua vez do programa global de produção. Portanto, a ideologia em processo de reprodução pela ciência passa a ter um duplo objetivo: disseminar a alienação como forma de legitimação da apropriação privada da natureza e produzir conhecimento voltado aos interesses do sistema capitalista em desenvolvimento, tendo a hostilização da natureza como argumento de dominação.

O racionalismo teleológico se aprofunda à medida que o capitalismo se associa à ciência moderna e, principalmente, à técnica, que passa a impulsionar a produção e ser por esta impulsionada (Weber, 1987).

A nova Física, por sua vez, tem um significado filosófico que interpreta a natureza e a sociedade em complementaridade com as Ciências Naturais, promovendo a imagem mecanicista do mundo do século XVII.

O direito natural moderno torna-se o fundamento das relações burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX, destruindo as antigas

legitimações e dominações. Habermas (1968) observa que o capitalismo define-se por um modo de produção que oferece uma legitimação da dominação “que já não desce do céu da tradição cultural, mas que surge da base do trabalho social”. Consta ainda que a instituição do mercado em proprietários privados que trocam mercadorias, momento que pessoas privadas e sem propriedades trocam a sua força de trabalho como única mercadoria, o que promete a justiça da equivalência nas relações de troca. “Por conseguinte, a dominação política pode doravante legitimar-se ‘a partir de baixo’, em vez de ‘a partir de cima’ apelando para a tradição cultural.”

A perspectiva de uma “ordem natural”, distinta da “ordem divina” também foi contemplada por Adam Smith (1723-1790), tendo por base a divisão social do trabalho. Numa posição liberal trata a divisão de trabalho como uma “conseqüência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana...”(Smith, 1983).

Nos meados do século XIX, “o modo de produção capitalista tinha se imposto de tal modo na Inglaterra e França que Marx pode reconhecer o marco institucional da sociedade das relações de produção e, ao mesmo tempo, criticar o fundamento próprio da troca de equivalentes”(Habermas, 1968), o que levou-o à crítica da ideologia burguesa na forma de Economia Política.

Essa racionalização penetra nas mais diversas instituições, como o Estado que gradativamente vai intervindo no sistema. Já no último quartel do século XIX observam-se, nos países de capitalismo avançado, duas tendências (Habermas, 1968):

(a) incremento da atividade intervencionista do Estado como forma de estabilização do sistema;

(b) crescente interdependência da investigação científica que transforma as ciências na primeira força produtiva (a cientificação da técnica).

Constata-se, portanto, que além do significado econômico produzido com a “cientificação da técnica”, a mesma continua promovendo a necessária legitimação da dominação, utilizando-se de estratégias ideológicas dissimuladas.

Para Habermas (1968), a consciência tecnocrática é menos ideológica que todas as ideologias precedentes, uma vez que não tem o poder opaco de uma ofuscação que sugere apenas a realização dos interesses. “Justifica o interesse parcial da dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe.” Afeta, portanto, o interesse emancipador do gênero humano, “vinculado às funções de um suposto sistema de ação racional dirigida a fins”: o racionalismo teleológico. Portanto, a despolitização das massas legitimada pela ideologia tecnocrática é uma autoprojeção dos homens em categorias. A base técnica e a divisão do trabalho, no processo produtivo, promoveram a criação do excedente e sua distribuição desigual, legitimada pelos interesses ideológicos do sistema, tendo a ciência como instrumento de alienação.

A ciência “feitiço” tecnificada disseminará assim uma “ideologia de compensação”, fundamentada na eliminação das diferenças entre práxis e técnica. “Eis portanto a grande tarefa do iluminismo: fazer o balanço e a divulgação dos enormes progressos já alcançados pela razão teórica e prática (as ciências e as técnicas) e empreender a investigação das leis que dizem respeito diretamente ao homem – individual e social” (Falcon, 1986).

Observam-se, assim, modificações na sociedade capitalista que Habermas (1968) exemplifica através de duas das categorias centrais da teoria marxiana:

(a) a cientificação da técnica como primeira força produtiva, estiolando a teoria do valor-trabalho: “a força de trabalho dos produtos imediatos tem cada vez menos importância” (Lobl, 1968);

(b) a cientificação da técnica, ao produzir uma “ideologia de compensação”, promove a pacificação dos conflitos de classe. As contradições existentes não podem ser interpretadas como antagonismos de classes, mas como resultado de revalorização privada do capital. Para Claus Offe, “os interesses predominantes são aqueles que, em virtude da mecânica estabelecida da economia capitalista, estão na situação de reagir à violação das condições de estabilidade com a geração de riscos relevantes”.

2.1. O “desencantamento do mundo” e os problemas ambientais

Sob a lógica da externalização da natureza que nasce no iluminismo, apesar de dissimulada pela cientificação da técnica, tem-se a crescente apropriação intensiva e extensiva dos recursos, promovendo a acumulação gradativa dos problemas ambientais.

O espontaneísmo das empresas respondem pela dilapidação das riquezas da natureza, culminando com o domínio hegemônico do capitalismo representado pelo fordismo. A lógica do fordismo, “mesmo infletida por preocupações ecológicas é implacável: mais vale trabalhar para consertar e fazer consumir o conserto do que se abster de poluir e deixar as pessoas respirarem gratuitamente o ar puro” (Lipietz, 1991). Contudo, o custo da despoluição acrescido à produção agrava a “crise da oferta”, produzindo o dilema imbecil: o emprego ou a ecologia, divisão essa que favorece o produtivismo liberal. “Na realidade, o produtivismo que, por imitação ou sob pressão da dívida, difundiu-se por todo o planeta, saturou nosso ecossistema e encurtou prodigiosamente o tempo disponível para adaptação aos desajustamentos que nós mesmos provocamos” (Lipietz, 1991).

A impossibilidade de se desconsiderarem os efeitos de uma degradação generalizada da natureza promoveu nos anos 60 o “retorno à natureza”, logo seguido pela “redescoberta do marxismo” e conseqüente descrédito do macartismo. A partir de então, observa-se uma tendência de mutação epistemológica, sobretudo nas ciências sociais, respondendo por críticas generalizadas ao sistema de produção e conseqüente contestação ideológica.

No limiar do século XXI, a dissimetria entre Economia e Ecologia atinge proporções. Apesar de serem palavras próximas, etimologicamente encontram-se distantes: estudo das *leis do domínio* e estudo do sentido ou *racionalidade do domínio*. Nesse momento a ecologia política tem uma tarefa importante que é a de ideologicamente lembrar o que tinha sido esquecido: “que o homem e a natureza formam um todo, que o homem faz parte da natureza, que esta é irresistivelmente humanizada, modificada, às vezes para o melhor, e para o pior sempre que nos

esquecemos dela” (Lipietz, 1991). Para o autor é preciso lembrar que a humanidade está duplamente no centro da natureza:

a) a humanidade é ao mesmo tempo causa e vítima da apropriação espontaneísta da natureza;

b) a consciência, o poder e a responsabilidade humanos fazem dessas transformações uma questão moral, política – “uma escolha entre o bem e o mal”, no dizer de Sófocles.

3. O “DESENCANTAMENTO DO MUNDO”, A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O TRATAMENTO AMBIENTAL

A Geografia sistematiza-se a partir da concepção físico-mecanicista da natureza, fundamentada no programa de modernidade afeito ao projeto de “desencantamento do mundo”. Ao longo de praticamente um século, a Geografia, conforme Moreira (1991), preservou o misto de cartesianismo (a natureza como sucessão de corpos geométricos), fisicismo (a natureza limitada às leis do movimento mecânico), evolucionismo (a natureza reduzida a fator de produção) e geopoliticismo (a natureza circunscrita à base territorial da história). Deve-se considerar, acima de tudo, o efeito do desencantamento e a “feliz apatia”, condição na qual a “natureza interna do homem está dominada em prol da dominação da natureza externa”. Acrescentam-se ainda os efeitos do positivismo com a extensão dos métodos científicos das Ciências Naturais no estudo da sociedade, também conhecido como “darwinismo social”.

Embora a tendência produzida pela escola germânica tenha promovido o desenvolvimento de uma linhagem geocológica, via Haeckel (1843-1916), a concepção de natureza reflete o externalismo, contribuindo para o histórico dualismo. Por outro lado, a teleologia de Ritter reforça o racionalismo cartesiano ao tratar as manifestações humanas de forma subjetiva. Reflexos das referidas tendências promoveram o paradoxo entre forma e conteúdo, manifesta tanto nas obras de Vidal de La Blache, como de Emmanuel De Martonne.

A partir da década de 60, o “retorno à natureza” estimulado pela intensa degradação processada pelo espontaneísmo, levou a uma

rediscussão da temática ambiental, que ocupou destaque no final deste século. Ainda deve-se ressaltar a “redescoberta do marxismo”, que começa a tomar forma na ciência geográfica no início dos anos 70. “Ao longo da década de 1970, a Geografia Marxista continuou periférica ao marxismo ocidental, quase que inteiramente construída num fluxo de idéias de sentido único, numa crescente marxificação da análise e da explicação geográficas” (Soja, 1990).

Apesar da origem naturalista da Geografia Física de tendência germanofônica e de uma certa “mutação” epistemológica constatada no período, a mesma não chegou a produzir avanços. O combate aos enigmas cartesiano e positivista sem, contudo, apresentar alternativas, levou Bertrand (1978) a observar que “a falta de um projeto físico global torna a natureza incompreensível, ‘sonsa’ e transparente, contribuindo para evacuar a natureza da Geografia e das Ciências Sociais”.

Apesar da longa ruptura epistemológica, em que se encontra a ciência geográfica, entende-se que a temática ambiental deveria se constituir no “viés” imprescindível a uma rediscussão epistemológica, promovendo a necessária unificação da relação homem e natureza. Entende-se que a Geografia Física poderia produzir importante contribuição não pela herança ecológica da escola germânica, mas por ter tido a histórica oportunidade de discutir a natureza e compreender as suas facetas ideológicas. Portanto, a estratégia epistemológica seria a de discutir a questão ambiental, que transcende os limites físicos, ou melhor, resulta da produção do espaço nos diferentes modos de produção, a partir do conceito de natureza.

A partir de então, torna-se indispensável buscar as razões ideológicas da externalização da natureza, produzida pelo programa de modernidade do iluminismo, passando pelas dissimulações ideológicas do domínio da cientificação da técnica, até as novas estratégias ideológicas elaboradas a partir da década de 60, momento em que o conceito de “natureza hostil” se converte em “natureza virtuosa”, sem, contudo, deixar de legitimar os interesses das relações de produção.

Entende-se, assim, que qualquer iniciativa que tenha por objetivo promover as transformações desejadas deve romper com o conceito ideológico da “externalização”, responsável pela legitimação da

apropriação privada da natureza e dos meios de produção, em que se insere. Tal estratégia tem por objetivo apropriar-se de uma função que se possa qualificar de “dialética” no sentido lato do termo, momento em que a natureza deixa de se constituir como puro objeto universal dos meios de produção. Portanto, quando o homem é entendido como natureza, a mesma converte-se em sujeito e objeto ao mesmo tempo, numa estreita relação dialética e numa perspectiva histórica, em que o modo de produção e suas contradições respondem pela sucessão de novos equilíbrios. Para tal, torna-se imprescindível compreender que é o sistema de produção e as forças produtivas que dão à natureza sua existência social.

Parece não haver dúvida quanto aos requisitos da Geografia para tratar as questões ambientais em uma nova perspectiva. Lembrando Guerasimov (1983), a Geografia contemporânea está mais preparada que as outras ciências para assumir os estudos ecológicos, uma vez que “dispõe dos métodos necessários e, o que é mais importante, possui uma imensa formação científica sobre o meio natural e seus recursos, assim como o grau e as formas de sua potenciação e aproveitamento econômico”. Acrescenta-se no dizer do autor o domínio das categorias que permitem a compreensão das articulações que compõem as relações de produção e a superestrutura ideológica, que se apropriam dos meios de produção e subjagam as forças aos interesses espontaneístas.

Entende-se que a partir do momento em que se superar as limitações epistemológicas produzidas pela ideologia do “desencantamento do mundo”, o que será possível através da compreensão da natureza numa perspectiva dialética, poder-se-á popularizar o sentido ideológico da “externalização” da mesma, cujo processo de alienação permitiu a legitimação das diferenciações culturais, do significado da base técnica e processos produtivos na divisão do trabalho, na produção do excedente como fator de distribuição desigual, enfim, a legitimação do antagonismo de classes sociais, tendo de um lado os proprietários dos meios de produção, e de outro, os mercadores da própria força de trabalho. Tudo isso sem desconsiderar as formas ideológicas dissimuladas pela cientificação da técnica, ao mesmo tempo em que reduz o significado da força de trabalho, promovendo a pacificação dos conflitos de classes, sem falar das demais estratégias impostas pela hegemonia da dominação.

3.1. Os argumentos ideológicos da natureza “virtuosa”

A extensão do movimento ecológico e a difusão do discurso ambiental “estão ligados a conseqüências sociais da crise estrutural do sistema capitalista manifesta pelo declínio da taxa de aumento real do consumo particular” (Tragtenberg, 1982).

As novas posturas ideológicas dos estudos ecológicos já se faziam presentes no discurso produzido em 1972 pelo Massachusetts Institute of Technology para o Clube de Roma, que mantém íntimas ligações com o capital monopolista, cujo objetivo maior é o de promover a necessária integração da tecnologia capitalista com a remodelação das condições gerais da produção, numa época de crise mundial do sistema. A estratégia é a de silenciar o movimento ecológico sobre a exploração do trabalho, deixando de analisar o capitalismo como sistema integrado, e de tratar as “condições gerais de produção” como fonte de recursos. “Absolutiza a crise da produtividade que se dá no âmbito das relações de produção historicamente definidas, encarando-a como decorrência das relações homem e natureza, criando o mito do esgotamento da natureza” (Tragtenberg, 1982).

Embora haja inúmeras e diferentes estratégias ideológicas utilizadas pelo sistema de produção, aqui serão apresentados os principais argumentos relacionados, sobretudo, ao conceito de natureza “virtuosa”, como advertência às discussões epistemológicas:

(a) a *teoria dos azares* naturais como justificativa à vulnerabilidade do homem. Nesse contexto, a Geografia Física tem sido utilizada, sobretudo, para explicar os deslizamentos de massa ou fenômenos de enchentes, restringindo a análise a puras relações processuais, sem considerar a intervenção humana em ambientes instáveis, bem como suas relações sociais.

A perspectiva malthusiana, utilizada com frequência em tais circunstâncias, leva à compreensão dos fenômenos como “causas naturais” significando, com efeito, que “são atos de Deus”. Por se fundamentar numa política de triagem, a seleção “lógica”, as vítimas devem ser socorridas depois do evento (azares da natureza): o pobre é o mais afetado na maioria dos “desastres”, sobretudo pela tendência de se reproduzir

rapidamente (controle “positivo”) – exemplo clássico de culpar a vítima. Portanto, a lógica malthusiana desconsidera o acesso diferencial à natureza, atribuindo à relação de classe uma base natural.

(b) o *demografismo neomalthusiano* também tem se constituído em importante argumento ideológico ao impor um rigoroso controle de natalidade através de técnicas contraceptivas ou até mesmo a prática do aborto como alternativa de redução populacional, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. Schooyans (1994), pouco antes da Conferência do Cairo, denunciava a postura totalitária do Primeiro Mundo, com relação à doutrina de segurança demográfica com relação aos países pobres, chamando a atenção para formas de “controles positivos” adotados em países da África, onde a insalubridade e o endemismo têm respondido por verdadeiro genocídio.

O interesse hegemônico na manutenção da baixa densidade ocupacional de determinadas áreas tem por objetivo não apenas preservá-las como bancos estratégicos de reservas, mas também o de reduzir o grau de restrição ao processo de apropriação de novos recursos. Essa política se vincula à perspectiva do desenvolvimento sustentado.

(c) a política de *desenvolvimento sustentado* afeita aos interesses do Banco Mundial (Bird/FMI) evidencia nítida intenção de apropriação de novas bases econômicas em nome da defesa ambiental. Com relação à Amazônia brasileira constata-se, nos últimos anos, um interesse especial dissimulado pelo significado da grande reserva florestal na atenuação do propalado “efeito estufa”. Observa-se um verdadeiro paradoxo entre as práticas do passado adotadas pelo Banco Mundial com relação à região amazônica (caso do Polonoroeste na década de 70) em relação à política de desenvolvimento sustentado (A Partnership for Environmental Progress). Ao mesmo tempo em que financia projetos de preservação para a Amazônia brasileira, estimula a ocupação em direção ao Estado do Tocantins através da abertura de estradas. Essa mudança precisa ser analisada no contexto da revalorização do capital, projetando a necessária busca de alternativas para uma tendência decrescente das bases materiais tradicionais, fundamentadas, sobretudo, nos recursos inorgânicos não-renováveis. Como se sabe, a Amazônia se caracteriza pela extensão de biodiversidade remanescente, constituindo-se importante banco genético-

estratégico, capaz de permitir a longevidade esperada pelo sistema. Tal fato justifica a verdadeira revolução científico-tecnológica em transição, cujo centro das atenções relaciona-se à biotecnologia e à engenharia genética, hoje em franco desenvolvimento na farmacologia, agricultura e alimentação (a biodiversidade como base econômica orgânica renovável).

A necessária apropriação de reservas da biodiversidade amazônica, do cerrado e demais remanescentes passa pela política de extinção das fronteiras territoriais, ideologicamente difundidas ao evidenciar o significado da região como “patrimônio da humanidade”, ou propagar a globalização como tendência natural da desterritorização.

(d) a ideologia da *banalização de temas* até então deprimentes, sobretudo pela mídia, vai gradativamente recuperando o processo de “descompaixão”, despertando o *Alfklarung* da lógica cartesiana. Assim como a guerra se tornou um *videogame*, a fome, bem como os impactos ambientais, não impressionam tanto como no passado, quando o acesso à informação era mais restrito. A ideologia da banalização dilui os grandes problemas da humanidade em simples emoções instantâneas, globalizadas, que, assim como as imagens do cotidiano, deixam de assumir qualquer relevância, numa tendência de se encarar os problemas sob uma nova ótica: a ótica da “descompaixão”.

Diante do poder de dissimulação produzido pelas novas e constantes estratégias ideológicas, deve-se estar atento ao se proporem transformações epistemológicas, partindo do princípio que o processo de “dominação” não mais acontece de forma dilapidante como no passado, mas com o requinte de subtrair da natureza os recursos indispensáveis à manutenção do capitalismo global.

3.2. Pontos para discussão epistemológica como forma de superação do “desencantamento do mundo”

Habermas (1968) reconhece a emergência de uma solução sobre a reestruturação do Estado e da sociedade sobre outras faces, diante das crises atuais de racionalidade e legitimação. Rouanet (1989), quando se

aproxima da realidade nacional, destaca o populismo espelhado na condução política do Brasil, onde as idéias desenvolvimentistas a partir dos anos 50 abrem espaços cada vez maiores para a tecnocracia, aliada aos interesses empresariais, favorecendo o desenvolvimento e a modernização desejada pelas oligarquias sócio-econômicas – “atitudes irracionais”.

Nesse contexto, a ciência precisa livrar-se dos discursos irracionais, em nome da eficiência e da modernização, captando a dimensão histórica das sociedades em busca da liberdade do homem.

Como ponto de partida para uma discussão epistemológica na Geografia, torna-se imprescindível romper com a alienação patológica resultante do modelo de racionalidade do pensamento iluminista, entendendo-se como necessário:

(a) *romper o antinaturalismo*, fundamentado na ideologia do “desencantamento do mundo”, que tem por finalidade a substituição da compaixão pelo saber, da “externalização” da natureza interna e externa do homem, como forma de legitimação da apropriação privada dos meios de produção. Necessário se faz considerar que quanto mais o homem se afasta da natureza, mais longe fica de sua essência, legitimando sua própria alienação.

(b) *utilizar o “viés” ambientalista* como estratégia epistemológica, proporcionando a necessária rediscussão do conceito de natureza, apropriando-se de uma função que possa qualificar de “dialética”. Nessa perspectiva as relações processuais da natureza devem ser entendidas numa relação dialética, em que as relações sociais de produção e respectiva superestrutura ideológica legitimam a apropriação privada da natureza, produzindo o antagonismo de classes em nome do “desenvolvimento”. É preciso entender que o sistema de produção e as forças produtivas dão à natureza sua existência social.

(c) compreender que *não há equilíbrio natural*, uma vez que todos os elementos da natureza foram reciclados pelo trabalho. É necessário situar que cada modo de produção assenta-se numa forma de equilíbrio. Da mesma maneira que a ação humana destrói um equilíbrio, ela cria novas formas de equilíbrio. Portanto, é necessário compreender que a relação homem e natureza é histórica e que “cada novo equilíbrio resulta

da organização das contradições sociais internas inerentes a modos de produção fundantes de estruturas de classes” (Tragtenberg, 1982).

RESUMÉ

La modernité représente, par le biais de la scission du corps et de l'âme, la condition nécessaire à l'événement du “désenchantement du monde”. La science moderne, en effet, s'organise à partir d'un “programme des lumières” liée à un programme global de production. L'appropriation privée de la nature, donc, stimule le spontanéisme qu'aggrave les conditions de l'environnement en dépit de la productivité accéléré par le croissant caractère scientifique de la technique. Lors que nos avertissons sur les arguments idéologiques de la “nature vertueuse” nous sommes en train de proposer des points pour une discussion épistémologique sur les moyens de surpasser le “désenchantement du monde”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1986.
- BERTRAND, G. La géographie physique contre nature? *Hérodote*, n. 26, Paris, 1978.
- DESCARTES, R. *As paixões da alma*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).
- FABRI, M. Francis Bacon – patologia dos erros e crítica do saber tradicional. *Impulso*. (Piracicaba), v. 7, n. 14, p. 115-132, 1994.
- FALCON, F. J. C. *O iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Arrancar o véu. In: SEMINÁRIO NACIONAL – LICENCIATURAS: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, Curitiba, 1994.
- GUERASIMOV, I. Problemas metodológicos de la ecologización de la ciência contemporânea. In: *La sociedade y el médio natural*. Moscou: Ed. Progreso, 1983, p. 57-74.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Ed. 70, 1968
- HORKHEIMER, M. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Os pensadores).

- LIPIETZ, A. *Audácia – uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Nobel, 1991.
- LOBL, E. Geistige Arbeit – die wahre Quelle des Reschtums. In: HABERMAS, J. *Technic und Wissenshuft als Ideologie*. Frankfurt, 1968.
- MATOS, O.C.F. *Desejo de evidência, desejo de vidência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- MOREIRA, R. O conceito de natureza na Geografia Física. *Cad. Prudentino de Geografia* (Presidente Prudente), v. 13, p. 67-113, 1991.
- PERES, M. T. M. A modernidade na marcha de emancipação do homem. *Impulso* (Piracicaba), v. 7, n. 14, p. 27-54, 1994.
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, s.d.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1990.
- TRAGTENBERG, N. *Ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1982.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.